

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

4º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

12/03/2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Foram realizados em conjunto acumuladamente pelos 4 programas 245.013 atendimentos. Ao todo foram atendidas mais de 45 mil pessoas nas diversas modalidades de atendimentos ofertadas nos 4 programas. Mais de 90% dos indicadores tiveram suas metas cumpridas integralmente refletindo o êxito da execução do Contrato de Gestão.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			4º Período Avaliatório Dez/19 a Jan/20	
1	1.1	6	24.200	30.339
	1.2	6	1.400	1.594
	1.3	5	6.740	9.108
2	2.1	3	3.280	3.640,5
	2.2	6	9.020	9.456
	2.3	5	113.000	127.492
	2.4	3	330	350

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			4º Período Avaliatório Dez/19 a Jan/20	
3	3.1	6	38.084	67.569
	3.2	6	76%	72,34%
	3.3	5	1.850	2.368
4	4.1	6	14.400	19.613
	4.2	6	75%	79,69%
	4.3	5	780	1.298
5	5.1	4	100%	100%
	5.2	5	100%	100%
	5.3	5	15	11,14

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			4º Período Avaliatório Dez/19 a Jan/20	
6	6.1	4	34	33
	6.2	4	2	2
7	7.1	6	100%	-
	7.2	4	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
24.200	30.339

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.

Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;

2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;

3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;

4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;

5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizados cumulativamente 30.339 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até janeiro de 2020 era de 24.200 a mesma foi realizada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	3º PA	DEZEMBRO	JANEIRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	147	202	226	29	57	661
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	201	249	289	43	96	878
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	232	303	212	86	53	886
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	220	252	255	49	28	804
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	171	174	180	32	30	587
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	126	165	194	94	61	640
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	173	224	212	40	21	670
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	332	250	359	86	118	1145
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	184	190	210	41	72	697
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	188	302	264	40	62	856
BELO HORIZONTE-SERRA	417	329	386	88	73	1293
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	173	255	284	74	94	880
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	354	385	301	76	90	1206
BETIM-CITROLÂNDIA	394	216	246	66	152	1074
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	289	242	297	82	96	1006
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	338	325	331	85	103	1182
BETIM-PTB	291	256	300	50	68	965
BRUMADINHO*	80	153	53	0	0	286
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	296	426	327	72	115	1236
CONTAGEM-RESSACA	184	205	236	51	94	770

GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	248	512	328	75	73	1236
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	328	209	486	109	181	1313
IPTATINGA-BETHÂNIA	224	401	283	108	54	1070
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	226	268	199	58	55	806
MONTES CLAROS-CRISTO REI	239	203	177	18	70	707
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	251	198	216	49	65	779
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	151	196	195	45	45	632
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	179	176	254	69	60	738
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	221	461	211	35	47	975
SANTA LUZIA-PALMITAL	262	385	288	62	157	1154
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	232	225	263	54	56	830
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	203	201	262	70	84	820
UBERLÂNDIA-MORUMBI	284	292	170	67	81	894
VESPASIANO-MORRO ALTO	165	173	187	56	82	663
TOTAL	8.003	9.003	8.681	2.059	2.593	30.339

*Atividades finalizadas em outubro de 2019

Nos meses de dezembro/2019 e janeiro/2020, as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram 4.652 atendimentos somados aos outros 25.687 realizados nos períodos anteriores, foram realizados 6.139 atendimentos além da meta prevista. O mês de dezembro geralmente é caracterizado por uma diminuição da quantidade de atendimentos realizados. Isso está associado tanto a um aspecto operacional da diminuição da quantidade de dias disponíveis para atendimento no mês quanto pela realização de atividades outras relativas a finalização de ações e processos da própria política de prevenção.

Em janeiro de 2020, o Programa realizou 2.593 atendimentos, uma diferença de 257 atendimentos abaixo do esperado se analisarmos somente este mês. Verificou-se isso com 20 das 33 equipes e pode estar relacionado a três principais fatores: 1) a sazonalidade do início do ano, quando ações de rede e de organização comunitária passam por um intervalo em razão da menor disponibilidade de seus participantes em razão do período de férias; 2) o período de férias dos próprios analistas e estagiários do programa, provocando uma redução do tamanho das equipes; 3) direcionamento dos esforços da equipe para realização da avaliação 2019 e planejamento 2020. Equipes que bateram a meta foram aquelas que conseguiram contornar estes fatores e dar início ou continuidade a atendimentos no campo das ações de organização comunitária.

Apesar das singularidades na dinâmica de atendimentos nesses dois meses, o indicador 1.1 teve sua meta geral alcançada com certa folga.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório		
1.400	1.594		
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório			
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento. No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram atendidas em média 1.594 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.400, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.			
UPC	DEZEMBRO	JANEIRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	14	41	27,5
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	33	73	53
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	45	30	37,5
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	28	24	26
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	25	20	22,5
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	73	44	58,5
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	31	18	24,5
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	47	48	47,5
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	31	55	43
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	28	36	32
BELO HORIZONTE-SERRA	68	62	65
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	51	75	63
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	54	47	50,5
BETIM-CITROLÂNDIA	45	105	75
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	53	62	57,5
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	54	65	59,5
BETIM-PTB	26	38	32
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	62	86	74
CONTAGEM-RESSACA	34	51	42,5
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	46	47	46,5
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	61	144	102,5
IPTATINGA-BETHÂNIA	91	26	58,5
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	32	33	32,5
MONTES CLAROS-CRISTO REI	13	62	37,5
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	42	42	42
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	37	37	37
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	44	37	40,5
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	30	37	33,5
SANTA LUZIA-PALMITAL	45	132	88,5
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	37	36	36,5
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	54	53	53,5

UBERLÂNDIA-MORUMBI	52	37	44,5
VESPASIANO-MORRO ALTO	39	60	49,5
TOTAL	1.425	1.763	1594,0

A média de pessoas atendidas no programa está diretamente relacionada com a quantidade de atendimentos realizados. Como descrito no indicador anterior houve uma relativa diminuição no número de atendimentos em dezembro. Isso implicou também na redução da quantidade de pessoas atendidas tanto em atendimentos individuais quanto coletivos. Mas com a retomada do ritmo normal de atendimentos em janeiro/20, a meta do indicador foi batida.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.740	9.108

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

Até o mês de janeiro de 2020 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 9.108 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 6.740 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	3ºPA	DEZEMBRO	JANEIRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	74	80	64	15	21	254
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	52	41	38	9	17	157
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	62	60	102	48	37	309
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	61	68	68	18	11	226
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	46	55	50	6	10	167
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	20	54	59	11	21	165
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	84	71	71	10	7	243
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	50	67	81	28	31	257
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	81	108	81	17	40	327
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	68	50	45	9	5	177
BELO HORIZONTE-SERRA	99	151	155	27	42	474
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	81	86	92	24	33	316
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	103	99	75	25	39	341
BETIM-CITROLÂNDIA	94	88	72	19	25	298
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	96	75	69	19	34	293
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	93	94	97	20	41	345
BETIM-PTB	57	78	68	15	28	246
BRUMADINHO*	44	53	12	0	0	109
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	71	101	94	14	54	334
CONTAGEM-RESSACA	80	73	88	19	36	296
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	45	69	79	19	19	231
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	67	69	112	30	36	314
IPTATINGA-BETHÂNIA	55	70	62	15	30	232
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	47	88	79	26	21	261
MONTES CLAROS-CRISTO REI	42	42	52	11	21	168
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	51	57	62	11	5	186
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	33	49	66	15	26	189
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	30	75	96	22	18	241
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	93	62	72	22	31	280
SANTA LUZIA-PALMITAL	75	154	167	49	60	505

SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	66	71	68	23	31	259
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	110	80	83	23	30	326
UBERLÂNDIA-MORUMBI	111	139	112	31	34	427
VESPASIANO-MORRO ALTO	32	49	48	8	18	155
TOTAL	2.273	2.626	2639	658	912	9.108

*Atividades finalizadas em outubro de 2019

Em consonância com os indicadores 1.1 e 1.2, o número de ações do programa junto às redes de proteção social teve sua realização acima da meta prevista. Em dezembro/19, assim como outros indicadores anteriores, houve uma queda no número de ações realizadas. Já em janeiro, apesar de ser um mês atípico também para a rede, com grande número de profissionais em férias, os serviços sempre deixam referências de plantão e as equipes buscam criar estratégias para contornar quando um serviço não está disponível, acessando outras redes parceiras. O acolhimento e acompanhamento dos casos de violência também contribuiu para maior articulação com a rede, contribuindo para que este indicador se mantivesse acima da meta.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.280	3.640,5

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local e especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

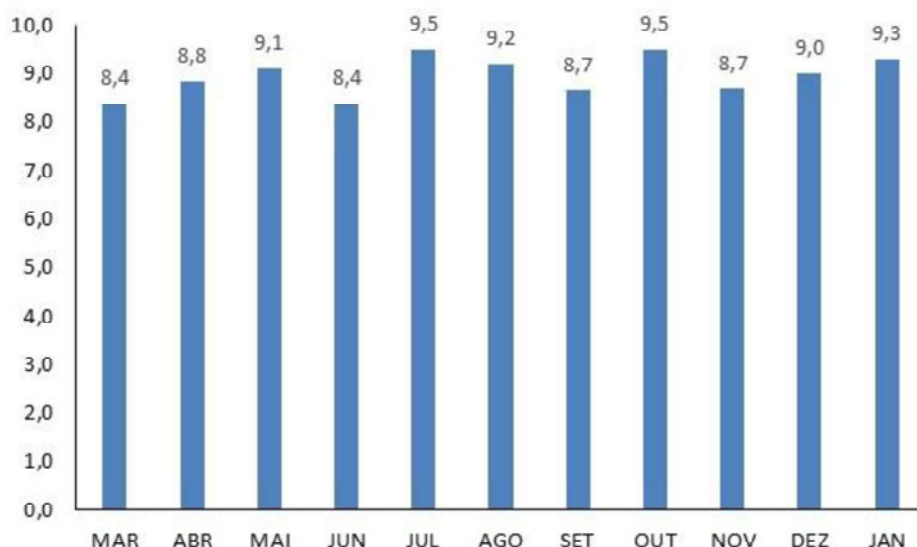
No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizados em média 3.640,5 encontros de oficinas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.280 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	DEZEMBRO	JANEIRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	146	157	151,50
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	97	98	97,50
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	121	124	122,50
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	97	90	93,50
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	86	86	86,00
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	128	126	127,00
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	100	95	97,50
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	89	91	90,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	141	147	144,00
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	91	95	93,00
BELO HORIZONTE-SERRA	163	162	162,50
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	118	119	118,50
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	124	132	128,00
BETIM-CITROLÂNDIA	120	117	118,50
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	102	101	101,50
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	160	157	158,50
BETIM-PTB	97	106	101,50
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	169	168	168,50
CONTAGEM-RESSACA	70	79	74,50
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	71	80	75,50
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	86	87	86,50
IPTATINGA-BETHÂNIA	126	130	128,00
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	79	81	80,00
MONTES CLAROS-CRISTO REI	93	106	99,50
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	166	152	159,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	98	97	97,50
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	79	80	79,50
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	130	136	133,00
SANTA LUZIA-PALMITAL	160	154	157,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	95	100	97,50
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	64	62	63,00
UBERLÂNDIA-MORUMBI	50	62	56,00
VESPASIANO-MORRO ALTO	92	96	94,00

TOTAL	3.608	3673	3.640,50
-------	-------	------	----------

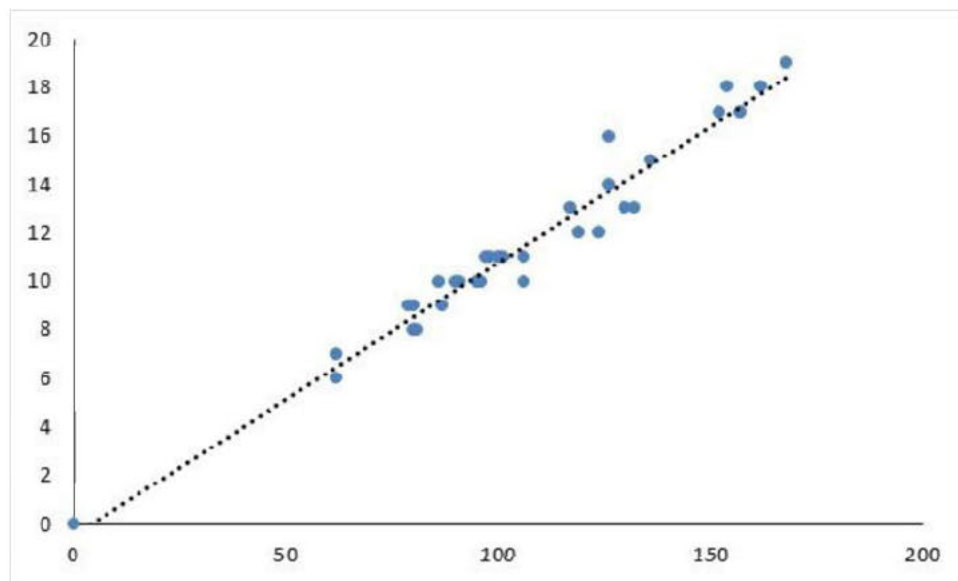
Conforme discutido nos períodos anteriores, este indicador é definido basicamente pela relação entre a quantidade de oficinas em funcionamento e a sua distribuição em termos de números de dias da semana em que os encontros são ofertados. Contratualmente, osicineiros devem ofertar dois encontros semanais. Assim, para cada mês o resultado esperado desse indicador será dado pela multiplicação da quantidade de oficinas em funcionamento pela quantidade média de encontros esperados por oficina no mês. Assim, nos números descritos acima, as variações na quantidade de encontros ofertados estão associadas diretamente a quantidade de oficinas em execução em cada localidade cuja variação está associada, dentre outros fatores, à dimensão do território, contexto de dinâmica criminal e tamanho da população jovem, etc. Para ilustrar isso apresentamos dois gráficos abaixo. O primeiro descreve a média de encontros realizados em cada uma das oficinas do programa em cada um dos meses do período avaliatório. O segundo apresenta a relação entre a quantidade de oficinas e a quantidade de encontros executados nelas.

Gráfico – Média de encontros de oficinas por oficina e mês – Programa Fica Vivo! 1º, 2º, 3º e 4º PA's



O gráfico acima descreve qual foi a média de encontros por oficina dentro de cada mês do 1º, 2º, 3º e 4º períodos avaliatórios. Em setembro foram executadas 401 oficinas no programa com uma média de 8,7 encontros executados em cada uma delas. Em outubro foram executadas 396 oficinas com uma média de 9,5 encontros em cada uma delas. Em novembro foram executadas 393 oficinas com uma média de 8,7 encontros em cada uma delas. Em dezembro foram executadas 401 oficinas com média de 9,0 encontros em cada uma delas. Já em janeiro foram executadas 395 oficinas com média de 9,3 encontros em cada uma delas. Nunca é demais ressaltar que mais de 90% das oficinas funcionam em locais públicos ou comunitários. Sob essa ótica, avaliamos que a parte dos contratos estabelecidos entre Instituto Elo eicineiros são cumpridos com excelência. Há que se ressaltar também o esforço realizado por este grupo para manter e executar as oficinas oferecendo o oportunizando variadas atividades esportivas e culturais as jovens nas diversas comunidades onde o programa atua.

Gráfico – Dispersão entre a média de encontros de oficinas no período (x) e a média de oficinas executadas no período por UPC – Programa Fica Vivo – 4º PA



Já este gráfico descreve a relação entre a quantidade de oficinas em uma UPC e a quantidade de encontros que ela oferta. Assim, existe quase uma relação linear entre essas duas variáveis, ou seja, quanto maior a quantidade de oficinas em uma localidade, maior será a quantidade de encontros ofertados aos jovens.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.020	9.456

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

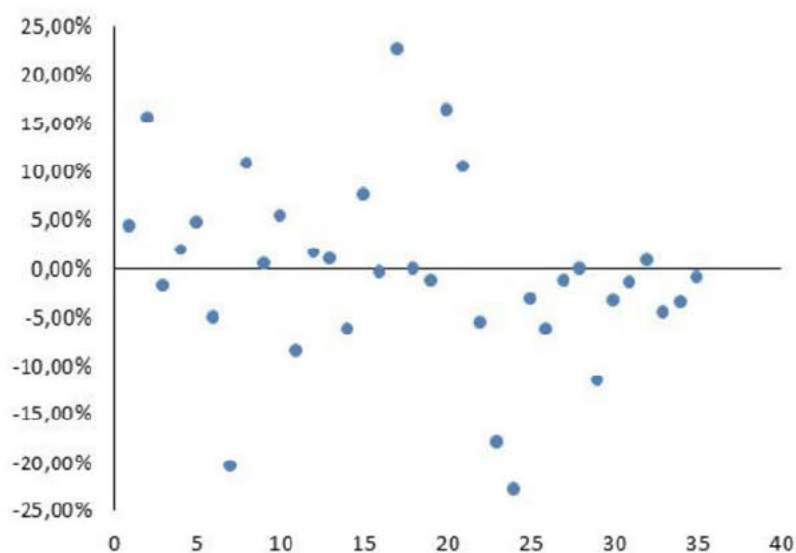
Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina nos meses do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram atendidos em média 9.456 jovens nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 9.020 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	DEZEMBRO	JANEIRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	367	376	371,50
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	229	241	235,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	333	310	321,50
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	263	249	256,00
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	237	248	242,50
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	259	264	261,50
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	273	251	262,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	271	283	277,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	312	316	314,00
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	203	216	209,50
BELO HORIZONTE-SERRA	315	285	300,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	334	306	320,00
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	350	343	346,50
BETIM-CITROLÂNDIA	347	337	342,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	325	355	340,00
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	466	434	450,00
BETIM-PTB	277	281	279,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	501	493	497,00
CONTAGEM-RESSACA	131	145	138,00
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	203	219	211,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	274	198	236,00
IPATINGA-BETHÂNIA	280	273	276,50
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	164	153	158,50
MONTES CLAROS-CRISTO REI	173	163	168,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	405	371	388,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	260	267	263,50
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	225	233	229,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	272	274	273,00
SANTA LUZIA-PALMITAL	443	426	434,50
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	353	342	347,50
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	188	164	176,00
UBERLÂNDIA-MORUMBI	208	209	208,50
VESPASIANO-MORRO ALTO	334	312	323,00
TOTAL	9.575	9.337	9456,00

Este indicador já visa mensurar a quantidade de jovens que são atendidos em cada uma das oficinas ofertadas. No 4º PA, observamos pequena queda no número de oficinas executadas com consequente decréscimo da média de jovens participantes em oficinas comparado ao período avaliatório passado. A média de jovens em cada oficina em janeiro foi de 23,64, pouco abaixo do trimestre anterior que foi de 24,04. A média de jovens no mês (9456) também ficou um pouco abaixo da verificada no período anterior que foi de 9536,67, ou seja, uma diminuição de 0,85%. A despeito do resultado geral do programa, em algumas UPCs há oscilações nos resultados, boa parte delas está associada à implantação, desligamentos e suspensões de oficinas. Por outro lado, em muitos casos, onde há a manutenção dos números de oficinas, há ou a redução da média de jovens ou a sua ampliação.

Abaixo segue um gráfico com o quadro de ampliação/redução da média de jovens em cada UPC



Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
113.000	127.492

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público nas seguintes modalidades:

1) Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais e se destinam ao seu público foco, ou seja, a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre aspectos sociais e subjetivos.

2) Atendimentos Coletivos:

a) Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais, por promoverem a circulação do público atendido para além da região

de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades (individual e coletivas) definidas acima.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizados acumuladamente 127.492 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 113.000, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	3º PA	DEZEMBRO	JANEIRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1056	1150	1201	427	456	4290
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	701	808	703	409	276	2897
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	1100	1041	1091	517	327	4076
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	911	977	1016	318	287	3509
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	907	926	915	297	309	3354
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	814	1193	867	273	269	3416
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	1020	1084	1087	289	276	3756
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	949	911	925	353	334	3472
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	1063	1242	1099	352	357	4113
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	633	637	641	243	238	2392
BELO HORIZONTE-SERRA	1135	1052	1518	356	302	4363
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1113	1106	1001	357	347	3924
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1152	1115	1344	443	374	4428
BETIM-CITROLÂNDIA	1110	1375	1331	362	385	4563
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	1120	1117	1015	338	374	3964
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1371	1745	1467	488	490	5561
BETIM-PTB	931	858	778	661	300	3528
BRUMADINHO*	30	6	38	0	0	74
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1516	1650	1727	532	617	6042

CONTAGEM-RESSACA	506	384	502	147	179	1718
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	643	836	717	225	269	2690
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	1248	1657	1047	471	299	4722
IPTATINGA-BETHÂNIA	1182	1473	1250	341	314	4560
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	662	753	624	178	176	2393
MONTES CLAROS-CRISTO REI	984	1005	1111	356	279	3735
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	1723	2024	1848	603	463	6661
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	1141	955	953	330	296	3675
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	698	765	848	252	267	2830
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	983	1006	1067	310	309	3675
SANTA LUZIA-PALMITAL	1442	1451	1453	471	448	5265
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	1181	1177	1393	447	411	4609
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	660	669	653	220	194	2396
UBERLÂNDIA-MORUMBI	538	966	961	236	236	2937
VESPASIANO-MORRO ALTO	1123	993	1071	339	378	3904
TOTAL	33.346	36107	35262	11.941	10.836	127.492

*Atividades finalizadas em outubro de 2019

Neste período, o número absoluto de oficinas diminuiu de 401 em dezembro/19 para 395 em janeiro/20. Isso provocou impacto negativo no número de atendimentos que apresentou uma diminuição média de 3,11% em relação ao 3º PA. O número de atendimentos do Programa tem apresentado ampliação consistente desde o primeiro mês do Contrato de Gestão. Podemos considerar que talvez este indicador seja o que mais oscile ao longo dos meses devido ao fato da inserção de outras formas de atendimento em sua quantificação. Alguns exemplos destas outras formas de atendimento são os projetos locais e projetos de circulação. Tais projetos são estratégias importantes para a aproximação e interação com os jovens no Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
330	350

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica.

Este indicador visa mensurar:

1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;

2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizadas acumuladamente 350 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 330, ficando 6,6% acima do previsto o período acumulado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	3º PA		4º PA		TOTAL
	-	-	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
BELO HORIZONTE-CABANA	1	5	1	2	0	0	9
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	2	4	1	2	2	0	11
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	3	2	1	1	2	1	10
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	3	4	2	0	1	1	11
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	2	2	2	2	1	0	9
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	2	7	3	0	0	1	13
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	3	3	1	0	0	0	7
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	4	2	1	0	2	0	9
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	3	3	1	2	2	1	12
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	3	3	2	0	1	1	10
BELO HORIZONTE-SERRA	3	4	2	2	2	0	13
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	3	4	1	1	2	1	12
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	2	3	2	0	2	0	9
BETIM-CITROLÂNDIA	1	4	2	1	0	1	9
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	2	4	2	1	2	1	12
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	3	5	3	1	1	1	14
BETIM-PTB	1	3	1	0	0	0	5
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	5	2	1	2	1	0	11
CONTAGEM-RESSACA	4	1	1	0	1	0	7
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	5	5	2	1	2	1	16
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	4	4	2	0	2	0	12
IPTATINGA-BETHÂNIA	4	5	3	1	2	1	16
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	0	5	2	0	1	0	8
MONTES CLAROS-CRISTO REI	3	3	1	2	2	0	11
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	2	3	1	0	1	0	7
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	2	1	1	2	1	0	7

RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	2	3	2	0	1	0	8
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	2	4	1	2	1	0	10
SANTA LUZIA-PALMITAL	4	2	3	2	1	0	12
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	5	4	6	0	2	0	17
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	3	3	3	0	1	0	10
UBERLÂNDIA-MORUMBI	3	2	2	1	2	1	11
VESPASIANO-MORRO ALTO	1	5	2	1	2	1	12
TOTAL	90	114	61	29	43	13	350

Este indicador mensura a execução de ações importantes associadas ao eixo de intervenção estratégica do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Ele mede tanto as reuniões locais existentes entre equipe de cada UPC e o GEPAR correspondente da região quanto a participação da Gestão Social nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica.

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local. No 4º período avaliatório foram realizadas 43 reuniões com o GEPAR e 13 reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
38.084	67.569

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
- 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de

Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;

- 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.

- 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizados acumuladamente 67.569 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 38.084, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA	TOTAL
ARAGUARI	355	478	622	272	1727
BELO HORIZONTE	6828	8714	5515	2590	23647
BETIM	566	658	880	797	2901
CONTAGEM	940	889	1350	788	3967
DIVINOPOLIS	444	642	670	351	2107
GOVERNADOR VALADARES	873	705	724	407	2709
IBIRITE	672	811	781	483	2747
IPATINGA	958	964	1013	942	3877
JUIZ DE FORA	1606	1471	2026	853	5956
MONTES CLAROS	912	761	705	319	2697
R. DAS NEVES	460	643	1136	609	2848
SANTA LUZIA	1036	985	623	323	2967
SETE LAGOAS	410	705	755	463	2333
UBERABA	351	650	730	351	2082
UBERLÂNDIA	1016	998	1181	483	3678
VESPASIANO	259	309	445	313	1326
TOTAL	17.686	20.383	19.156	10.344	67.569

O indicador se refere ao número acumulado de atendimentos do programa e consiste na soma dos atendimentos de inscrição, atendimentos de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa, e pode oscilar de acordo com cada um desses tipos.

É importante destacar que mais de 50% dos atendimentos estão associados à modalidade que, a cada vez, vem ganhando robustez: os atendimentos individuais de acompanhamento. Esse tipo de atendimento reflete a qualificação técnica da equipe no acompanhamento que extrapola o monitoramento da alternativa penal. Assim, a ampliação da leitura dos casos a partir das vulnerabilidades e riscos e outras demandas da pessoa em alternativa penal faz com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
76%	72,34%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 72,34%, correspondendo à 95,18% da meta estabelecida. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	26	41	63,41%
BELO HORIZONTE	648	852	76,06%
BETIM	65	113	57,52%
CONTAGEM	107	136	78,68%
DIVINOPOLIS	21	28	75,00%
GOVERNADOR VALADARES	56	77	72,73%
IBIRITE	21	36	58,33%
IPATINGA	59	113	52,21%
JUIZ DE FORA	83	122	68,03%
MONTES CLAROS	28	35	80,00%
R. DAS NEVES	111	140	79,29%
SANTA LUZIA	44	77	57,14%
SETE LAGOAS	32	32	100,00%
UBERABA	32	52	61,54%
UBERLÂNDIA	80	93	86,02%
VESPASIANO	28	45	62,22%
TOTAL	1441	1992	72,34%

É importante destacar que o indicador mensura o cumprimento das alternativas penais que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Assim, conforme definido no Contrato de Gestão, não é considerada na contabilização desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

A oscilação desse percentual se dá de acordo com as finalizações do acompanhamento dos casos realizadas em cada período. Tais finalizações acontecem no monitoramento periódico dos casos e, em específico, no encerramento de PEAP's, pois há impacto no dado do período por serem encerradas todas as alternativas penais daquele grupo conjuntamente.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.850	2.368

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizadas acumuladamente 2.368 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.850 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA	TOTAL
ARAGUARI	96	66	35	9	206
BELO HORIZONTE	178	197	49	27	451
BETIM	24	13	22	18	77
CONTAGEM	28	60	37	16	141
DIVINOPOLIS	26	49	38	15	128
GOVERNADOR VALADARES	79	34	35	12	160
IBIRITE	25	35	19	23	102
IPATINGA	52	32	51	21	156
JUIZ DE FORA	38	39	32	12	121
MONTES CLAROS	37	31	71	10	149
R. DAS NEVES	72	45	31	18	166
SANTA LUZIA	28	13	19	8	68
SETE LAGOAS	28	15	18	9	70
UBERABA	39	63	33	11	146
UBERLÂNDIA	61	42	41	11	155
VESPASIANO	35	20	10	7	72
TOTAL	846	754	541	227	2.368

Este indicador é a soma das articulações desenvolvidas que compreendem as parcerias com o Sistema de Justiça, rede de proteção social, rede de alternativas penais, Poder Executivo local, dentre outras. Tais ações ocorrem por meio de visitas às entidades, realização de encontros de rede, discussão de casos e participação em espaços de discussão instituídos. As oscilações dele ocorrem devido à organização do trabalho da equipe para a pauta da rede, a atenção demandada por cada parceiro, bem como as necessidades apontadas pelos casos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
14.400	19.613

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizados cumulativamente 19.613 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 14.400 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA	TOTAL
ARAGUARI	-	-	156	80	236
BELO HORIZONTE	993	974	906	546	3.419
BETIM	521	474	466	265	1.726
CONTAGEM	306	355	430	317	1.408
GOVERNADOR VALADARES	327	345	294	162	1.128
IPATINGA	286	285	324	186	1.081
JUIZ DE FORA	385	554	603	231	1.773
MONTES CLAROS	269	462	499	213	1.443
RIBEIRÃO DAS NEVES	517	757	462	284	2.020
SANTA LUZIA	394	326	327	232	1.279
UBERABA	487	478	721	341	2.027
UBERLÂNDIA	741	474	560	298	2.073
TOTAL	5.226	5.484	5.748	3.155	19.613

O número acumulado de atendimentos realizados pelo programa, assim como nos períodos anteriores, apresentou números acima da meta estipulada. Acumuladamente, neste período, a meta foi superada em aproximadamente 37%.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 4.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
75%	79,69%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 79,69%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 75% a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	19	29	65,52%
BELO HORIZONTE	311	386	80,57%
BETIM	112	136	82,35%
CONTAGEM	115	162	70,99%
GOVERNADOR VALADARES	85	110	77,27%
IPATINGA	122	148	82,43%
JUIZ DE FORA	124	137	90,51%
MONTES CLAROS	125	167	74,85%
RIBEIRÃO DAS NEVES	90	124	72,58%
SANTA LUZIA	119	146	81,51%
UBERABA	49	60	81,67%
UBERLÂNDIA	204	246	82,93%
TOTAL	1.475	1.851	79,69%

Conforme descrito no 3º RGR, o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Importante contextualizar que, a partir da prática adquirida ao longo dos anos pelo Programa, percebeu-se a necessidade de aprimoramento da metodologia de acompanhamento da pessoa egressa do sistema prisional e seus familiares. Nessa perspectiva, a mudança de lógica para inscrição voluntária no PrEsp ratificou e qualificou ainda mais a importância da construção de vínculo, considerando as demandas, necessidades, projetos e desejos de cada pessoa acompanhada. Portanto, o indicador referente ao Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP busca traduzir e avaliar a vinculação do público ao Programa, que tem se apresentado de maneira global, acima da meta prevista.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 4.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
780	1.298

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram realizadas 1.298 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 780 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA	TOTAL
ARAGUARI	-	-	34	13	47
BELO HORIZONTE	52	57	44	29	182
BETIM	53	31	33	12	129
CONTAGEM	15	26	17	9	67
GOVERNADOR VALADARES	21	20	25	5	71
IPATINGA	20	14	20	12	66
JUIZ DE FORA	55	46	54	28	183
MONTES CLAROS	19	26	60	9	114
RIBEIRÃO DAS NEVES	23	22	18	9	72
SANTA LUZIA	12	10	12	8	42
UBERABA	60	69	41	14	184
UBERLÂNDIA	73	26	27	15	141
TOTAL	403	347	385	163	1.298

Conforme discutido no 3º RGR, nas articulações de rede, a partir da identificação de fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam comprometer a permanência do egresso em liberdade ou colocar sua vida em risco, as equipes buscam intervir na minimização destas vulnerabilidades, ou de outras que se apresentarem, favorecendo o acesso a outros serviços, programas e políticas públicas de proteção e promoção social. Desse modo, o indicador referente às atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional é de extrema importância para que o Programa consiga atingir seus objetivos, que continua se apresentando de modo geral mais significativamente acima da meta estipulada. Apesar disso, em dezembro/19 houve uma queda significativa nas ações de rede desenvolvidas associadas à priorização de outras atividades gerenciais e estratégicas da política de prevenção. Em janeiro/20 o ritmo foi retomado, voltando a padrões anteriormente verificados.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/19 a 31/01/2020) foram planejadas a realização de 7 viagens de supervisão metodológica. Todas elas foram realizadas.

Viagens Planejadas	Programa	Viagens realizadas	Programa
Governador Valadares	Presp	Governador Valadares	Presp
Governador Valadares	Supervisão Geral	Governador Valadares	Supervisão Geral
Uberlândia	Fica Vivo	Uberlândia	Fica Vivo
Montes Claros	Mediação de Conflitos	Montes Claros	Mediação de Conflitos
Montes Claros	Presp	Montes Claros	Presp
Governador Valadares	Mediação de Conflitos	Governador Valadares	Mediação de Conflitos
Araguari/Uberlândia	CEAPA	Araguari/Uberlândia	CEAPA

Segue abaixo um resumo dos tópicos desenvolvidos em cada viagem:

Ceapa

EQUIPE	DATA	MODALIDADE	INTERVENÇÃO
Araguari e Uberlândia	16 a 20/12/2019	Supervisão Metodológica	Orientações sobre os indicadores do programa e planilhas, discussão sobre análise de dados, orientação e avaliação das ações metodológicas desenvolvidas, acompanhamento do público, execução de grupos, estudo e discussão de casos.

PRESP

EQUIPE	DATA	MODALIDADE	INTERVENÇÃO
G. Valadares	09 a 11/12/2019	Supervisão Metodológica	Acompanhamento o público, execução de grupos, encaminhamentos para a rede, construção de articulações com o judiciário, estudo e discussão de casos, organização do trabalho com a equipe, orientação sobre indicadores e planilhas dos programas, capacitação em análise de dados.
Montes Claros	10 a 13/12/2019	Supervisão Metodológica	Discussão de casos, alinhamento em relação ao trabalho de grupos coletivos, auxiliar a equipe na construção de fluxos de atendimentos que permitam o acompanhamento mais próximo dos usuários, discussão sobre os dados do programa, avaliação do planejamento de 2019, perspectivas de ações para 2020.

Mediação de Conflitos

EQUIPE	DATA	MODALIDADE	INTERVENÇÃO
Governador Valadares	10 a 13/12/2019	Supervisão Metodológica	Discussão de casos de violência nos territórios e definição de estratégias de intervenção, discussão sobre as dinâmicas de violência, discussão sobre estratégias de organização comunitária, alinhamentos

			metodológicos com as equipes e gestão.
Montes Claros	10 a 13/12/2019	Supervisão Metodológica	Avaliação dos impactos da atuação das equipes nos territórios, orientação do trabalho da equipe e Gestão, reformulação e desenvolvimento de diretrizes metodológicas, circulação na área de abrangência das UPC's.

Fica Vivo

EQUIPE	DATA	MODALIDADE	INTERVENÇÃO
Uberlândia	09 a 12/12/2019	Supervisão Metodológica	Discussão de casos prioritários, dialogo entre o programa e atores da rede de proteção, discussão sobre temáticas da juventude, discussões sobre a metodologia do programa, discussões sobre a dinâmica de violências nos territórios, visita às oficinas e reunião com osicineiros.

Supervisão Geral

EQUIPE	DATA	MODALIDADE	INTERVENÇÃO
G. Valadares	09 a 11/12/2019	Supervisão Geral	Acompanhamento, orientação, instrumentalização e formação da Gestao Social para execução do trabalho, avaliação e retorno do trabalho da Gestão, retorno sobre as entregas da Gestão, Planejamento estratégico e definição de prioridades para o trabalho da Gestão, discussão sobre a interlocução com os demais atores que compõem a execução da política de prevenção.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.2. Percentual de Participação das equipes nas capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador visa aferir o percentual de participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Nesse período foi realizado o Seminário Estadual de Alternativas Penais. Todas as pessoas previstas para participar do evento estiveram nele, exceto os casos de liberação por férias e licenças médicas. Como este evento é também um produto do Programa de trabalho, no item 3.2 relativo ao produto, segue uma descrição mais detalhada.

Além do Seminário Estadual de Alternativas Penais, que também é um produto previsto no Programa de Trabalho para ser executado no período avaliatório em análise, outros encontros formativos foram realizados ao longo do período avaliatório. Abaixo segue uma listagem dessas formações para cada um dos programas.

Fica Vivo

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Videoconferência	30/01	Planejamento de 2020 do Programa Fica Vivo!	Analistas, estagiários e gestores sociais de Uberlândia, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora.

Mediação de Conflitos

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Formação Metodológica	30/01/2020	Apresentação das diretrizes e metas do PMC para 2020; alterações dos instrumentos.	Equipes PMC e Gestores Sociais de BH e RM.
Formação Metodológica	31/01/2020	Apresentação das diretrizes e metas do PMC para 2020; alterações dos instrumentos.	Equipes PMC e Gestores Sociais do interior.

PRESP

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Capacitação	10/01/20	Capacitação Inicial	Analista do PrEsp de Governador Valadares (licença maternidade)

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças, atas, relatórios, declarações.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.3. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	11,14

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

No 4º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/12/2019 a 31/01/2020) em média levou-se 11,14 dias para a recomposição de vagas em aberto. Como a meta é recompor as vagas em aberto em 15 dias, ela foi executada dentro do esperado. Abaixo segue uma descrição detalhada do prazo de recomposição para cada vaga em aberto durante o período.

DATA DA RP	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO	Dias para reposição
19/11/2019	02/12/2019	13
25/11/2019	10/12/2019	19
28/11/2019	09/12/2019	11
18/12/2019	01/12/2019	13
20/12/2019	26/12/2019	6
18/12/2019	02/01/2020	15
20/12/2019	02/01/2020	13
20/12/2019	02/01/2020	15
26/12/2019	09/01/2020	14
27/12/2019	13/01/2020	17
02/01/2020	03/01/2020	01
06/01/2020	13/01/2020	07
06/01/2020	13/01/2020	07
17/01/2020	22/01/2020	05

Nesse período avaliatório foram solicitadas 14 recomposições de equipe que demoraram em média 11,14 dias para serem repostas. Cabe ressaltar que para recompor uma equipe, geralmente a instituição utiliza-se do banco de classificados dos processos seletivos. Para efetivar o processo de contratação, ressalta-se que se faz necessária a convocação do candidato classificado no processo seletivo, o recebimento e conferencial de documentação, a realização de exame admissional, assinatura do contrato e início das atividades.

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 6.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
34	33
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs. No 4º período avaliatório foram elaborados 33 relatórios. A meta inicialmente pactuada para este período avaliatório foi de 34 relatórios, em tese, um para cada UPC de base local. No entanto, os programas que funcionavam no município de Brumadinho deixaram de ser executados a partir do mês de outubro de 2019. Portanto o número total de relatórios produzidos atingiu o esperado. As informações mensuradas nesse período remetem aos meses de novembro e dezembro de 2019, já que os relatórios são bimestrais. Alguns aspectos dos elementos registrados pelos Gestores Sociais na leitura/análise dos fatos e fenômenos de natureza social, histórica, cultural, econômica, territorial e criminal, que interferem na incidência de criminalidade nos territórios, merecem destaque. O escopo do relatório tem caráter descrito, contudo, alguns aspectos da recorrência dos elementos de registro da gestão social sobre a análise da dinâmica criminal e elementos agenciadores de fatores de risco e proteção merecem destaque. Em grande parte dos relatórios observa-se a descrição da dinâmica do tráfico nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção, com a localização dos conflitos entre grupos rivais. Tal leitura acerca da dinâmica criminal é bastante favorecida pela capilaridade das oficinas do Programa Fica Vivo bem como pelo vínculo estabelecido com referências e lideranças comunitárias por parte do Programa Mediação de Conflitos. Também se observa a descrição acerca da legitimidade que algumas comunidades dão a resolução dos conflitos a partir da intervenção de tais lideranças. Segundo leitura dos relatórios, os 20 homicídios consumados ocorridos nos territórios das UPC's de base local entre os meses de novembro e dezembro tiveram como motivação essa dinâmica ou eventos ligados a ela como acerto de contas entre grupos em relação ao comércio de drogas ou vinganças em relação a homicídios anteriormente ocorridos. Para além da descrição da dinâmica criminal relacionada ao tráfico de drogas, outro aspecto desenvolvido na leitura das violências relaciona-se à violência doméstica. Muitos relatórios apontaram casos de violência doméstica nas áreas de abrangência do Centro de Prevenção, seguindo uma tendência verificada em períodos anteriores. Esse diagnóstico vem acompanhado do relato das intervenções realizadas pelos Programas, principalmente o Mediação de Conflitos, visando tratar a questão, promovendo o debate sobre as questões de gênero e violência contra à mulher. Ou seja, embora os programas tenham focalizado parte de suas ações no tratamento desse problema, este ainda é recorrente. Portanto, é necessário que as equipes mantenham o esforço de pensar novas alternativas de intervenção que gerem maior impacto nesse tipo de ocorrência de modo a diminuir sua ocorrência nos territórios. Destaca-se também como ponto comum em muitos relatórios as articulações promovidas com a rede de proteção social dos territórios e municípios. Em sua grande maioria descreve-se a construção conjunta com a assistência social, educação e saúde de modo a intervir nas vulnerabilidades apresentadas e favorecer o acesso à direitos do público atendido. Porém, também aparece com recorrência a escassez de equipamentos públicos em territórios em que são latentes diversas vulnerabilidades sociais. As articulações com o GEPAR – Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco também ganham destaque, no sentido de qualificar a leitura das dinâmicas bem como pensar em ações mais assertivas na perspectiva da intervenção estratégica.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial**Indicador nº 6.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2	2

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

No 4º período avaliatório foi previsto a elaboração de 2 Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que foram entregues dentro do prazo.

DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! JANEIRO/2020	
INDICADORES	Janeiro de 2020
Número de Projetos de Oficinas Ativos	395
Número de Jovens atendidos	9.337
Número de Atendimentos	10.536
Número de Oficineiros com Oficinas Ativas	340
Média de jovens por oficina	23,64
Número de oficinas implantadas	6
Número de oficinas desligadas	10

É possível perceber tal como na análise dos indicadores específicos do Programa Fica Vivo! a consolidação dos resultados refletidos na média de jovens em oficinas, nos números de jovens atendidos e nos atendimentos. No que se refere ao conjunto de oficinas ativas, nesse período, observamos ligeira queda nos números, pois houve mais desligamentos que implantações de novos projetos no período.

Outros dados relevantes sobre os atendimentos nas oficinas já foram descritos nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 7.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão. O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório. As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão	

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 7.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Abaixo segue as descrições das ações a serem realizadas e avaliadas no período com suas respectivas datas de realização.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar à Comissão de Monitoramento, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Até 7 dias úteis após o final do período avaliatório.	
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório de monitoramento, com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período analisado.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s)	Até 15 dias úteis após o final do período avaliatório.	
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Contrato de Gestão – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Contrato de Gestão.	Cronograma de Avaliação previsto no Contrato de Gestão.	
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	
12	Disponibilizar os Relatórios de Monitoramento do Contrato de Gestão devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto	Peso (%)	Início	Término	Status
2	Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade	2.1	15	Julho de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo
3	Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais	3.1	9	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

	3.2	Seminário Estadual de Alternativas Penais	9	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo
4	4.1	Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de abrangência da Política	10	Março/2019	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo
	5.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	10	Março/2019	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo
5	5.2	Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	10	Março/2019	Janeiro de 2020	Conforme II Termo Aditivo do Contrato de Gestão a entrega do produto teve prazo alterado para junho de 2020
	6.1	Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão da Política de Prevenção Social à Criminalidade	9	Novembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo
6		Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade				

Área Temática 3: Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade

Produto 2.1 – Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Os Projetos Locais de Prevenção à Criminalidade são ações estratégicas dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade desenvolvidos pelas equipes técnicas das Unidades. Cada Projeto tem definido seu objetivo específico a ser atingido, o público de alcance e local e data a ser realizado.

Critério de aceitação: a realização de, no mínimo, 49 projetos que poderão ser apresentados pelas Unidades de Prevenção.

Fonte de comprovação: Registros fotográficos, listas de presença, dentre outros.

Duração: execução de Julho/2019 a Dezembro/2019, com avaliação da execução dos mesmos no 4º PA

Resumo do Produto

Este documento descreve o produto 2.1 inerente ao Programa de Trabalho referente ao II Termo de Alteração Simples do Contrato de Gestão 002/2019 alocado no 4º período avaliatório. Ele descreve os Projetos Locais de Prevenção desenvolvidos pelos Programas de Prevenção entre julho e dezembro de 2019.

São exemplos de Projetos de Prevenção:

- a) Projeto de Oficinas Temáticas para Egressos do Sistema Prisional do Programa PrEsp;
- b) Projetos Temáticos do Programa Mediação de Conflitos;
- c) Projetos Locais do Programa Fica Vivo!;
- d) Projetos de Circulação do Programa Fica Vivo;
- e) Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP's);
- f) Ação de responsabilização para homens em situação de violência.

Foram desenvolvidos projetos no âmbito do Programa Fica Vivo e CEAPA que permitem identificar e quantificá-los de maneira direta em seus relatórios quantitativos. O volume de projetos desenvolvidos foi significativamente maior do que a meta estabelecida, pois foram desenvolvidos projetos também nos Programas Mediação de Conflitos e PRESP. No caso do Programa Fica Vivo foram listados apenas os projetos que continham informações detalhadas nos relatórios unificados das equipes. Para este programa também computamos apenas uma vez os projetos que envolviam intercâmbio entre oficinas de duas UPCs.

Assim, em termos gerais, nesses dois programas, entre julho e dezembro de 2019 foram desenvolvidos um total de 332 projetos, sendo 188 projetos de prevenção no Programa Fica Vivo e mais 144 Projetos de Execução de Alternativas Penais no Programa CEAPA. Em conjunto, esses projetos atenderam 14.947 pessoas dentre as quais 6.141 são jovens e moradores das áreas de abrangência das UPCs de base local e 8.806 são pessoas em cumprimento de Penas e Alternativas Penais. Como o produto tem como critério de aceitação a realização de pelo menos 49 projetos, ele foi executado na sua integralidade.

Área Temática 3: Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais

Produto 3.1 – Lançamento do Livro sobre Alternativas Penais

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Este Produto consiste no lançamento de um livro sobre a Política de Alternativas Penais. O livro deverá conter a metodologia sistematizada de acompanhamento das alternativas penais, com conteúdo prático e teórico. Esses livros serão distribuídos para o público possibilitando um conhecimento mais aprofundado sobre o trabalho desenvolvido em Minas Gerais. O conteúdo do Livro deverá ser elaborado pela SEJUSP/SUPEC conjuntamente com a OS (Corpo diretivo, Gestores, Supervisores e Analistas Sociais). Deverão ser impressos 5.000 (cinco mil) exemplares com a seguinte especificação técnica: impressão gráfica dos exemplares no formato 16x23 cm; papel do miolo: *offset* 75 g - 1x0 cor; capa: 4x0 cores; papel supremo 250 g, com laminação fosca e orelhas de 08 cm; acabamento: lombada quadrada, dobrado, colado e costurado; nº páginas: 200

Critério de aceitação: Livros entregues a SEJUSP/SUPEC em conformidade com as especificações da descrição do Produto.

Fonte de comprovação: Ofício de entrega dos livros para a SESP/SUPEC.

Duração: agosto/2019 a outubro/2019

Resumo do Produto

O Instituto Elo, na tentativa de garantir a melhor qualidade para a realização do Produto 3.1 do Programa de Trabalho, a saber, “Lançamento do Livro sobre a Política de Alternativas Penais”, estabeleceu um conjunto de procedimentos e processos para sua consecução.

Dentre eles se destacam:

- Elaboração do edital para recebimento de artigos a compor ao livro;
- Contratação de empresa para geração da arte e diagramação do conteúdo do livro
- Contratação de gráfica para impressão de 5 mil exemplares do documento;

Para realizar esta tarefa complexa que exige e demanda a participação de um conjunto significativo de pessoas (Atores administrativos do Instituto Elo, atores técnicos como supervisores metodológicos, Atores da SUPEC como Diretores, Gerentes do Programa) foram estabelecidos prazos e ações para cada grupo.

Inicialmente, cabe destacar que através do edital de seleção houve uma dificuldade significativa para o recebimento de artigos de qualidade para compor o documento e o prazo para recebimento dos artigos teve que ser adiado diversas vezes (três vezes). Mesmo como esse adiamento, os artigos selecionados tiveram que passar por uma revisão rigorosa feita de forma dedicada pela equipe da SUPEC. Para compor o livro também foi necessário convidar atores especialistas na temática do programa a encaminharem seus artigos. Abaixo segue a capa do Livro, o sumário com a descrição dos artigos e a apresentação do livro.

É desafio do Programa colocar uma dúvida, uma vírgula e promover reflexões no sentido de possibilitar uma leitura mais real da comunidade, das pessoas, da sociedade, colocar à parte a construção de uma pessoa idealizada, esvaziada de sentido, para pensar em pessoas capazes de fazer construções e elaborar saídas dentro daquilo que dispõem como recurso interno para pautar suas ações.

Este livro se apresenta como uma colcha de retalhos construída a várias mãos que se dedicam a promover um ambiente humano, ético e comprometido com a redução da violência e da criminalidade, bem como promover às pessoas que passam por este Programa um ambiente de responsabilização e manutenção da sua liberdade. Trata-se de artigos que refletem o trabalho desenvolvido pelo Programa no estado de Minas Gerais e trazem leituras críticas de temas que o permeiam ou são transversais.

Mara Alves dos Santos
Diretora do Programa de Acompanhamento de Alternativas Penais



DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RESPONSABILIZAÇÃO em LIBERDADE

CEAPA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES da RESPONSABILIZAÇÃO em LIBERDADE

Ao longo de seus 17 anos de atuação, o Programa CEAPA se dedicou a estudar e estruturar formas de promover um espaço onde a alternativa penal, de fato, fizesse sentido. O Programa tem como objetivo consolidar e fortalecer as alternativas penais no estado de Minas Gerais, a fim de responsabilizar as pessoas acompanhadas a partir da criação de um espaço de fala, reflexão e respeito, sempre pautado pela liberdade.

O processo de responsabilização das pessoas acompanhadas por este Programa se dá através de um conjunto de esforços, partindo de uma relação que precede a chegada da pessoa para o cumprimento da determinação judicial, a fim de trazer uma consonância entre todos os atores envolvidos no processo.

Olhar para essa pessoa como responsável por suas ações e escolhas nos permite entender as construções que a levaram a um processo de criminalização através do cometimento de um ato considerado desviante.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	005
2. Prefácio.....	009
3. Programa CEAPA: Uma estratégia de prevenção e efetivação de uma Política de Segurança Cidadã.....	015
4. Plano de implementação de Centros Integrados de Alternativas Penais no Estado de Minas Gerais: Estratégia, concepção e perspectivas.....	033
5. Redes Sociais em Alternativas Penais: Conceitualizando e construindo a experiência do Centro Integrado de Alternativas Penais - CIAP de Divinópolis, Minas Gerais.....	059
6. Convivência, vínculo e afeto: Explorando as dimensões qualitativas da prestação de serviços à comunidade a partir de um relato de experiência da CEAPA de Vespasiano.....	075
7. Alternativas Penais como prática de prevenção da violência: Estudo de caso sobre sua aplicação em pessoas condenadas por tráfico de drogas em Belo Horizonte.....	087
8. Ação de Responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha no Programa CEAPA no Município de Contagem/ MG - Metodologia e Transversalidade na Perspectiva Crítica de Gênero e Masculinidades nas intervenções dos Grupos Reflexivos.....	109
9. Ações de Responsabilização aos Homens Autores de Violência contra a Mulher: perfil, perspectivas e percepções do Centro Integrado de Alternativas Penais de Belo Horizonte.....	133
10. Projeto de execução de alternativa penal: Relato de experiência interdisciplinar e intersetorial na abordagem ao uso de drogas.....	149
11. Grupos Reflexivos: Ferramenta de Acompanhamento e Responsabilização de Pessoas em Alternativa Penal por crimes relacionados ao Trânsito, executados pelo Instituto Vida Segura.....	165
12. Medidas Cautelares diversas da prisão: Uma visão para além do controle.....	175
13. A aplicabilidade das práticas de Justiça Restaurativa no âmbito das Alternativas Penais.....	191

Apresentação

Andreza [REDACTED]

Nas palavras de Subsecretária de Políticas de Prevenção, Andreza [REDACTED], o livro consiste: "...na discussão das Alternativas Penais no âmbito do Estado de Minas Gerais e é tema prioritário e extremamente relevante na atualidade. Um país como o Brasil, tão marcado por violências e criminalidades, construiu respostas nem sempre efetivas na prevenção e responsabilização frente aos crimes e delitos cometidos.

Na concepção de Cesare [REDACTED], filósofo e jurista italiano, o direito do Estado de punir os delitos se baseia na necessidade de defender a segurança pública das usurpações de particulares; e as penas serão tanto mais justas quanto mais sagrada for a segurança e quanto maior a liberdade que o Estado concede aos seus partícipes. Segundo Beccaria, as penas estão relacionadas à ideia de prevenção ao crime, e o cálculo das sanções deve levar em conta a natureza do delito, a sua gravidade e o dano causado.

Nesse sentido, Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais (SUPEC), parte integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, desenvolve um conjunto de políticas, programas e projetos que constroem novas abordagens no enfrentamento das violências e criminalidades em diversos níveis, propondo inovações no campo da segurança pública, incluindo uma nova perspectiva de responsabilização em liberdade. A política de prevenção de Minas Gerais, com estreita colaboração do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Municípios, vem se posicionando como uma referência nacional na execução das políticas penais de inclusão social de egressos do sistema prisional, alternativas penais, na redução da letalidade juvenil, na prevenção à violência contra a mulher e outras violências. Essas ações, além de efetivar diversos dispositivos da legislação penal, possuem metodologias de acompanhamento dos públicos

destes programas, com vistas a uma adequada responsabilização, prevenção à reincidência criminal e redução de vulnerabilidades e outras violências.

É nesse campo político e técnico que Minas Gerais inseriu, desde 2003, a política de alternativas penais. O Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA), ao incluir a perspectiva de prevenção como foco do trabalho, acaba necessariamente extrapolando a mera execução de penas, construindo, dessa forma, uma metodologia genuína de prevenção à violência e à criminalidade. Isso vem, inclusive, ao encontro dos postulados, princípios e diretrizes explicitados pelo Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Da mesma forma, o Programa CEAPA/MG, pela vocação metodológica e pelo seu *modus operandi*, vem se desenvolvendo numa perspectiva necessariamente intersetorial, articulando a aplicação de alternativas penais com Sistema de Justiça Criminal e dialogando a sua execução com as múltiplas políticas públicas e instituições do terceiro setor, ampliando, assim, a participação da sociedade como um todo na administração da Justiça Criminal e, dessa forma, produzindo novas estratégias e possibilidades de reintegração social.

A partir dessa perspectiva, o programa CEAPA desenvolve metodologias consistentes de execução da Prestação de Serviços à Comunidade, Projetos de Execução de Alternativas Penais por tipo de delito cometido, grupos de responsabilização de homens processados e julgados no âmbito da lei Maria da Penha, executando ainda projetos no campo das Medidas Cautelares diversas da prisão e práticas de Justiça Restaurativa.

O presente livro atualiza e destaca inovações que vêm sendo desenvolvidas na execução de Alternativas Penais em Minas Gerais, a partir de um conjunto de artigos que explicitam experiências concretas de execução de alternativas penais em todas as suas modalidades, bem como alguns resultados que foram alcançados nos dezesseis municípios onde estão implantados os Centros Integrados de Alternativas Penais.

A obra é uma amostra da qualidade da atuação do Programa CEAPA, que, além de possuir uma eficiência no resultado esperado, apresenta a relação do custo estimado de cem reais por mês, por atendimento a cada cumpridor, e com o índice médio anual de cumprimento de 90% nos últimos dez anos. Além disso, o programa apresentou índices satisfatórios de não reincidência criminal, seja considerando pesquisa da instituição CP2, contratada pelo Governo de Minas Gerais, que verificou um índice de 80,9% de não reincidência policial das pessoas em cumprimento de alternativas penais de Minas Gerais em 2011, seja considerando pesquisa realizada recentemente por MIRANDA (2018) que verificou um índice de 72,8% de não recorrência prisional de pessoas que cumpriram alternativas penais pelo crime de tráfico de drogas.

Isso exposto, ressalta-se o protagonismo do Programa CEAPA não só como uma referência em execução de alternativas penais, mas também como uma iniciativa concreta e factível de prevenção de violências e criminalidades no âmbito da Segurança Pública..."

Fonte de comprovação do produto

Ofício de entrega dos livros para a SEJUSP/SUPEC.

Área Temática 3: Ações estratégicas para consolidação das Alternativas Penais

Produto 3.2 – Seminário Estadual de Alternativas Penais

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Este Produto consiste na realização do Seminário Estadual de Alternativas Penais que terá os seguintes objetivos principais:

- 1) dar visibilidade ao tema;
- 2) capacitar e sensibilizar os atores da rede;
- 3) apresentar boas práticas;
- 4) apresentar os resultados alcançados e os conhecimentos produzidos e gestados no desenvolvimento do Projeto;
- 5) disseminar as novas referências e paradigmas de atuação do Sistema de Justiça Criminal.

O Seminário contará com a participação de, aproximadamente, 300 (trezentas) pessoas, tendo como público alvo estudantes, sociedade civil, representantes do Sistema de Justiça Criminal e da Rede Social Parceira de cada município.

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SEJUSP/SUPEC

Fonte de comprovação: Relatório Circunstanciado com registros fotográficos, listas de presença, programação do Seminário

Duração: agosto/2019 a outubro/2019

Resumo do Seminário

O evento ocorreu entre os dias 04 e 05 de dezembro de 2019 nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

No primeiro dia o evento foi realizado no Teatro João Paulo II e contou com a seguinte programação:

8h – Credenciamento dos participantes no evento (Analistas Sociais, Gestores e Estagiários do Programa CEAPA e PRESP, atores da rede parceira e público da Universidade)

9h – Mesa de abertura- A mesa de abertura foi composta por diversas autoridades da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da Defensoria Pública de Minas Gerais, do Departamento Penitenciário Nacional e de outras instituições públicas e entidades privadas sem fins lucrativos parceiras da Ceapa.

Nela vale destacar a fala do Secretário Executivo de Segurança Pública, Alexandre [REDACTED], que ressaltou a importância de eventos dessa natureza e agradeceu a parceria com os diversos atores que participam da execução do Programa CEAPA, além de destacar também a relevância dele na contribuição para o êxito na Segurança Pública no Estado de Minas Gerais.

9h40 – Lançamento do Livro: CEAPA – Desafios e Possibilidades da Responsabilização em Liberdade

Neste mesmo momento foram homenageadas algumas autoridades que contribuíram historicamente com a construção, implantação e desenvolvimento do Programa CEAPA em Minas Gerais com a entrega de um exemplar para cada um deles.

Após esse momento inicial os trabalhos técnicos do evento foram iniciados com a seguinte mesa:

10h – Mesa: Estratégias de Responsabilização em Liberdade

- Marina [REDACTED] (Supervisora Jurídica Nacional no Projeto de Fortalecimento de Audiência de Custódia pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC/ PNUD/ CNJ)

- Dra. Cláudia [REDACTED] (Promotora de Justiça - MPMG)

- Pablo [REDACTED] (Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMG)

Na mesa foram debatidos pelos palestrantes de forma significativa as estratégias, projetos e programas de Alternativas Penais no país. Marina [REDACTED] descreveu os processos, procedimentos e desafios do Programa Justiça Presente. A Dra. Cláudia [REDACTED] apresentou uma discussão importante sobre o Sistema de Justiça acerca da seletividade penal e das dificuldades do Sistema Jurídico como um todo de lidar com alternativas ao cárcere. Já o professor Pablo [REDACTED] a partir de uma perspectiva histórica do Direito Penal, discutiu as mudanças de perspectivas sobre a punição ao longo do tempo e a necessidade de apresentar as Alternativas Penais de modo mais amplo para a sociedade com a finalidade de ampliar sua aplicação e aceitação.

Após esse momento, o evento passou para a sua segunda etapa com a apresenta de painéis com boas práticas desenvolvidas pelas equipes técnicas do Programa CEAPA ao longo do ano de 2019. Esse momento ocorreu através da apresentação de 8 banners na parte externa do auditório juntamente com uma exposição de fotografias

11h30 – Apresentação dos Painéis de Boas Práticas

CAPIE: BELO HORIZONTE

Boa Prática 1 - Grupo Introductório: Uma Intervenção Metodológica para os Casos de Tráfico Privilegiado

CAPIE: BELO HORIZONTE

Boa Prática 2 - Projeto Imagem e Palavra: PSC ampliada, articulação de rede ou mobilização comunitária?

Boa Prática 3 - Práticas Circulares em Projetos de Execução de Alternativas Penais e demais grupos da CEAPA Contagem

CAPIE: DIVINÓPOLIS

Boa Prática 4 - Relato de experiência em grupo da CEAPA Divinópolis: "Roda de conversa sobre violência contra as mulheres: Vamos falar sobre isso?"

CAPIE: RIBEIRÃO DAS NEVES

Boa Prática 5 - Medidas Cautelares Diversas da Prisão: Possibilidades de Intervenção

CAPIE: SANTA LUZIA

Boa Prática 6 - Projeto de Execução Penal de Pessoas em Situação de Conflito realizado pela equipe CEAPA de Santa Luzia em parceria com a Extensão Universitária - PUC Minas

CAPIE: UBERABA

Boa Prática 7 - Encontro de Rede: Utilização da prática restaurativa circular – Uberaba

Boa Prática 8 - Uma perspectiva acerca da eficiência do projeto de execução de alternativas penais do Artigo 28 da Lei 11343/06: visão compartilhada entre a equipe da CEAPA de Uberlândia e facilitadoras

Coffee Break

13h – Encerramento

DIA 05/12/2019

9h – Mesa: Ação de Responsabilização com Homens: Construindo Intervenções para o enfrentamento das violências contra a mulher

- Dra. Daniela () (Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Ibirité - TJMG)
- Fabiana () (Coordenadora Nacional do Programa Justiça Presente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ CNJ)
- Paulo () (Coordenador do Centro de Referência do Homem – Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/ RJ)

10h15 – Coffee Break

10h45 – A Importância da Articulação da Rede na Execução das Alternativas Penais

- Márcia () (Professora do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG)
- Olga () (Vice-Diretora da Escola Municipal Belo Horizonte/ PBH)
- Lucilene () (Consultora Estadual em Audiência de Custódia do Espírito Santo pelo Programa Justiça Presente – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC/ PNUD/ CNJ)

11h45 – Apresentação de Resultados

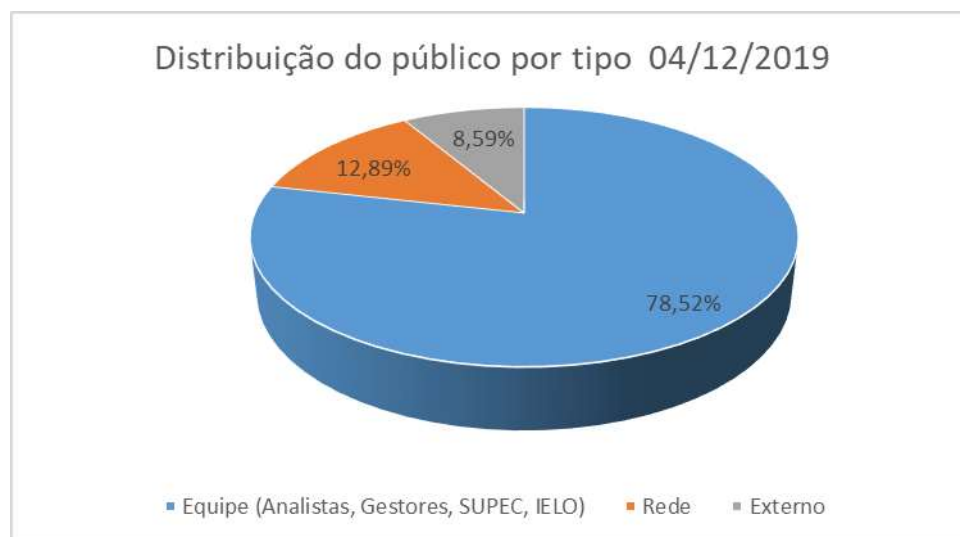
- Mara () (Diretora de Alternativas Penais - SEJUSP MG)

13h – Encerramento

Durante os dois dias de eventos participaram dele mais de 400 pessoas dentre atores da política de prevenção, da rede parceria do programa CEAPA e público externo alunos e professores de universidades. Abaixo descrevemos para cada um dos dias o público e seu desmembramento.

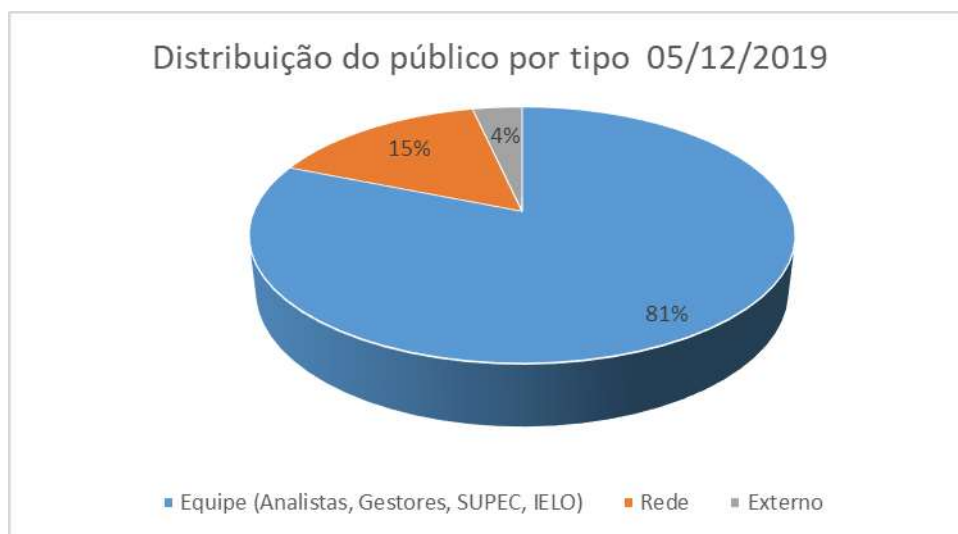
Dia 04/12/2019

Total de Participantes: 256



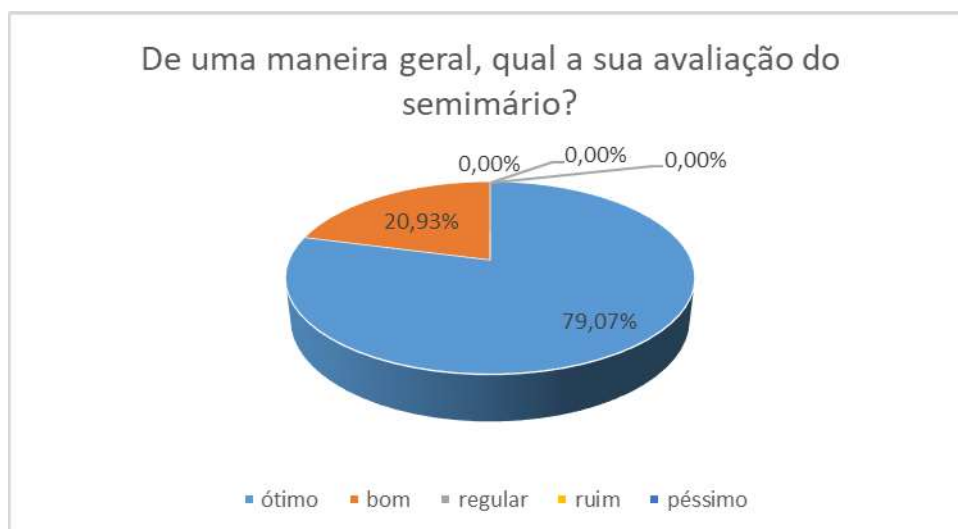
Dia 05/12/2019

Total de Participantes: 228

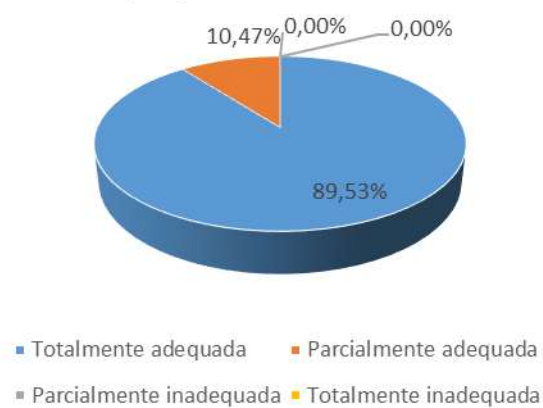


AVALIAÇÃO DO EVENTO

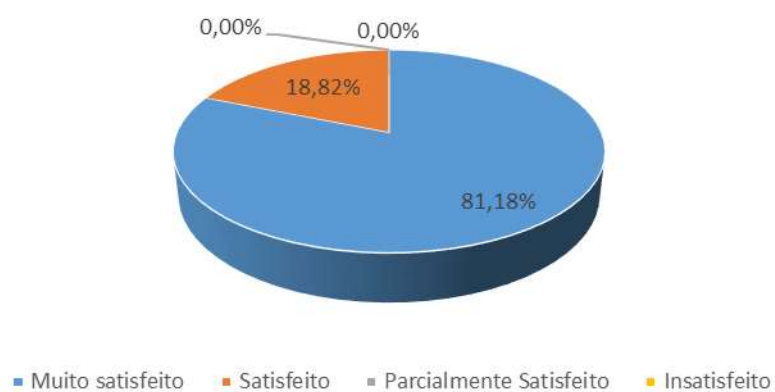
De uma forma geral o evento foi muito bem avaliado pelos participantes que retornaram o formulário de avaliação. Para os dias obtivemos um retorno de 86 questionários. As respostas às questões específicas seguem abaixo.



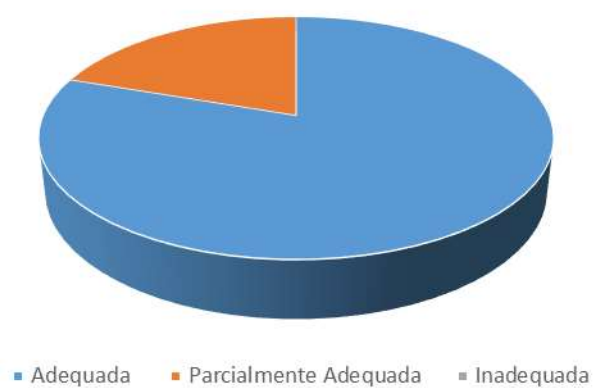
Grau de adequação das temáticas abordadas?



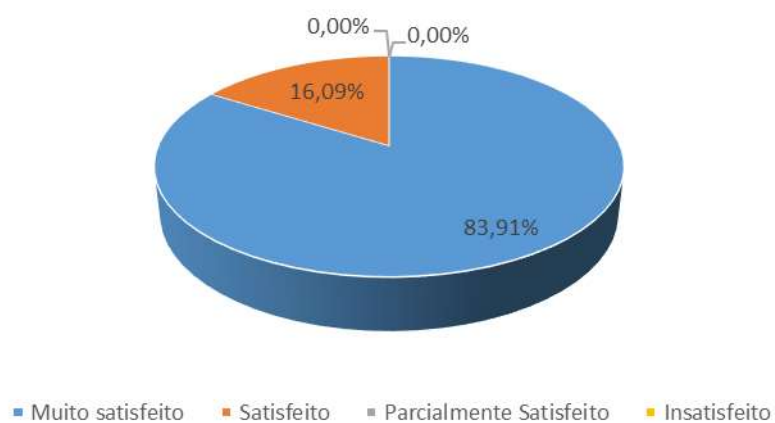
Com relação às palestras oferecidas, você ficou?



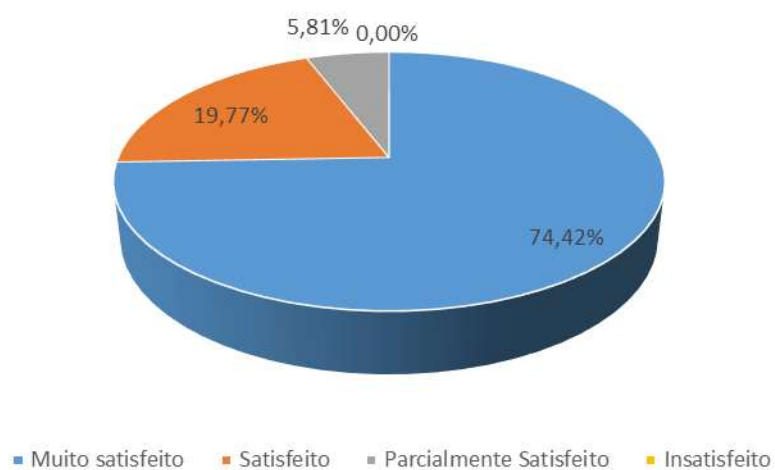
Com relação à carga horária, você acredita que ela foi?



Com relação aos recursos técnicos, você ficou?



Com relação ao espaço físico, você ficou?



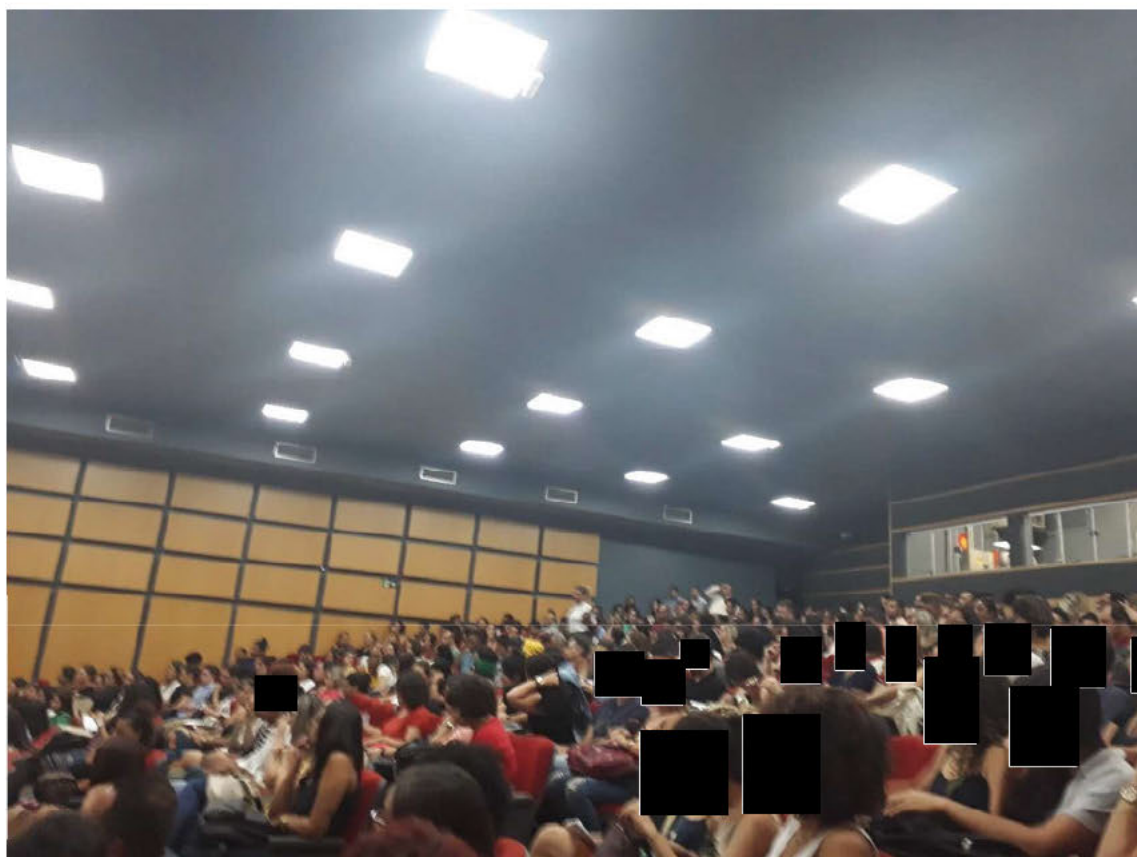
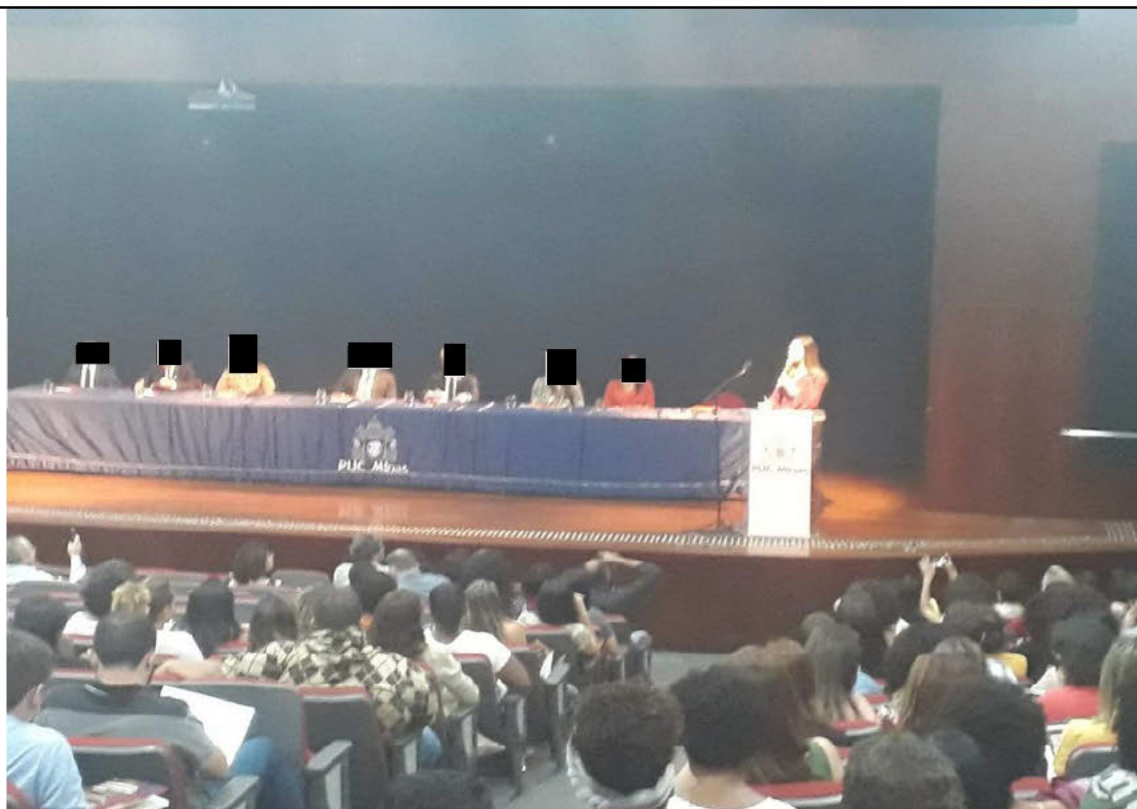
MESA DE ABERTURA - 04/12/2019



FALA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA - [REDACTED]



FALA DE ABERTURA DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO [REDACTED]



Fonte de comprovação do produto

Relatório Circunstanciado com registros fotográficos, listas de presença, programação do Seminário

Área Temática 4: Monitoramento das Taxas de Homicídios Consumados

Produto 4.1 – Monitoramento das taxas de homicídios consumados nas áreas de abrangência da Política

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Este produto tem por finalidade promover um estudo que qualifique ainda mais o monitoramento das taxas de homicídios consumados nos territórios de atuação dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!.

Critério de aceitação: Relatório aprovado pela SUPEC/SEJUSP

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do relatório

Duração: Março/2019 a Janeiro/2020

Resumo do Produto

Tendo como objetivo a análise dos homicídios consumados nos territórios de atuação dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo, utilizamos três fontes de informações para realizar o estudo.

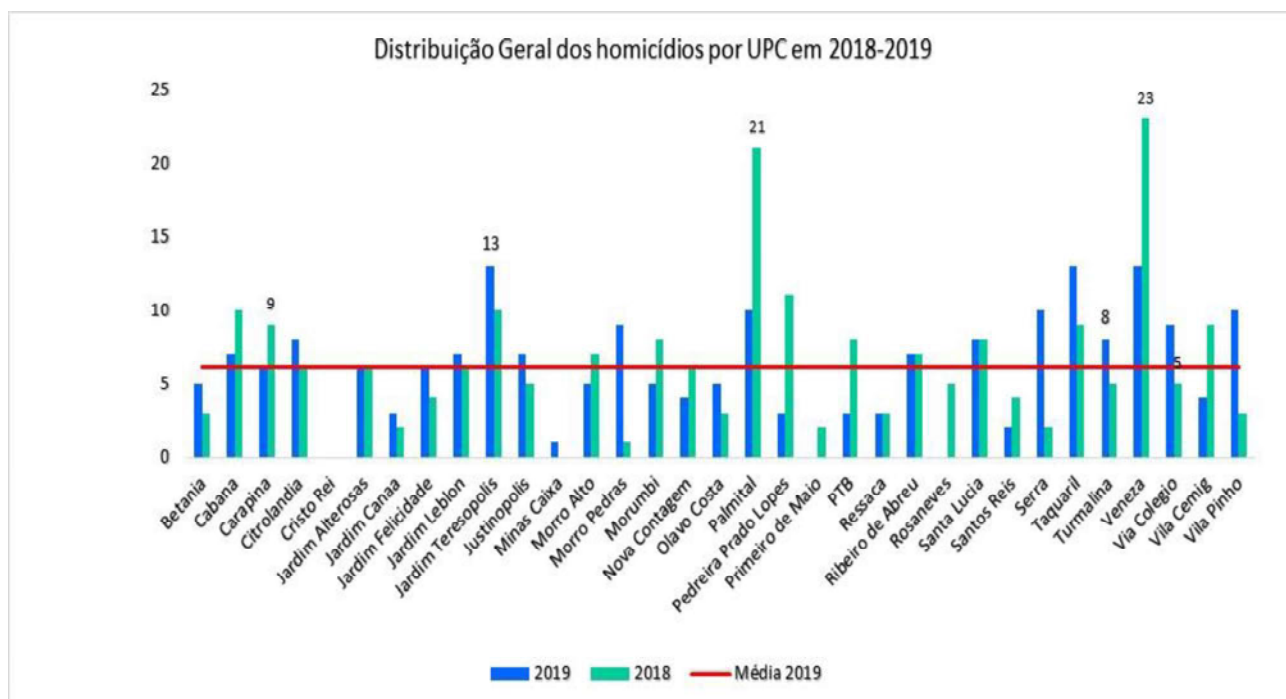
A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG), através do Observatório de Segurança Pública Cidadã, realiza o monitoramento das ocorrências de violência e criminalidade no Estado, incluindo os homicídios consumados nos territórios onde funcionam os programas de base local da Política de Prevenção. Assim, forneceu-nos uma base de dados com informações compiladas de todo ano de 2019, tais como município, localização dos setores censitários dentro dos territórios de abrangência da Política de Prevenção, data em que ocorreram os homicídios, além de informações das vítimas. Através dessa base de dados conseguimos demonstrar as distribuições espaciais dos homicídios ao longo dos meses em cada território, bem como o perfil das vítimas.

Além das informações fornecidas pelo Observatório de Segurança, utilizamos como fonte para esse estudo dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2010 para delimitar a extensão territorial de cada área onde funcionam os programas de base local, bem como suas respectivas populações, incluindo o perfil sócio demográfico do público atendido.

Posteriormente analisamos relatórios unificados mensais e os analíticos trimestrais que são produzidos pela gestão social de cada Unidade de Prevenção à Criminalidade a partir dos relatórios produzidos pelas equipes técnicas do programa Fica Vivo e do Mediação de Conflitos ao longo do ano para analisar qualitativamente as informações dos relatos feitos sobre a violência e criminalidade nos respectivos territórios. A análise qualitativa aprofunda os olhares sobre fatores que podem ser decisivos na ocorrência de homicídios nos territórios de atuação dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo.

A média de homicídios obtida a partir da análise dos dados do Ranking de Homicídios Consumados do Observatório de Segurança Pública Cidadã/SEJUSP para o ano de 2019 foi de 6,06 homicídios em relação ao total de ocorrências e de 1,88 homicídios somente em relação ao público alvo do Fica Vivo.

Ao compararmos esses números com os do ano anterior (2018), verificou-se uma queda de 5,21% no número total de homicídios nas áreas de abrangências das UPC's.



Já quando comparamos os dados de 2019 com os do ano anterior somente entre jovens de 12 a 24 anos de idade, que compreendem o público-alvo do Fica Vivo, a redução é ainda maior, 12,68%.



Esse estudo, inserido no contexto de execução do Contrato de Gestão 002/2019 celebrado entre a OS Instituto Elo e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP buscou qualificar o monitoramento das taxas de homicídios consumados nos territórios de atuação dos programas de base local da política de prevenção à criminalidade através da análise de informações disponibilizadas pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã, de dados sociodemográficos do IBGE, bem como através de dados quantitativos e qualitativos obtidos pelo Instituto Elo junto às equipes dos programas.

Em 2019 o programa Mediação de Conflitos realizou 31.171 atendimentos, atendeu 22.405 pessoas e realizou 8.848 ações junto à rede de proteção social dos territórios de funcionamento das unidades de prevenção.

Já o programa Fica Vivo em 2019 executou em média 397 oficinas temáticas, realizou 3.496 encontros de oficinas, teve a participação de 9.307 jovens e realizou 11.611 atendimentos, além de ter participado de 349 ações de intervenção estratégica junto com o GEPAR de cada território. Através desse estudo foi possível identificar informações que podem servir como norteadores dos programas em seu objetivo principal que é a prevenção da criminalidade violenta.

As áreas estudadas podem ser caracterizadas em geral como de pequena extensão territorial, mas com elevada densidade demográfica, o que sugere que os eventos criminais ocorrem em áreas territorialmente delimitadas, ocupadas por grupos que frequentemente estão em conflito.

O estudo revelou que 28,5% dos homicídios têm como vítimas adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos, ou seja, na faixa etária do Fica Vivo, enquanto que 71,5% envolveu pessoas acima dessa faixa. Em tese, poderíamos considerar a hipótese de que os 71,5% cuja faixa etária extrapola a do Fica Vivo poderia ser constituída pelo público em potencial do programa Mediação de Conflitos. No entanto, somente 11% dos homicídios em que foi possível uma leitura das equipes técnicas quanto à motivação são objetos de intervenção do PMC, como conflitos de posse/propriedade, intrafamiliares e de vizinhança. Ainda assim é importante que o programa promova discussões nesse sentido para qualificar as estratégias de intervenção nos territórios, ampliando o acesso a esse público.

Outro dado observado é que 87,5% das vítimas de homicídios nos territórios estudados eram do sexo masculino. Segundo as Estatísticas de Registro Civil 2017, a chance de um homem com idade entre 20 e 24 anos morrer por causas violentas no Brasil é 11 vezes maior que a de uma mulher na mesma faixa etária. Portanto, o elevado percentual de mortes entre homens nos territórios de alguma maneira segue a tendência da taxa de homicídios entre jovens em todo país. As razões para essa disparidade em geral são associadas à maior exposição ao risco dos homens jovens comparativamente às mulheres. Nos territórios estudados 83% dos homicídios estão relacionados à dinâmica da criminalidade e violência, seja à do tráfico e uso de drogas, seja aos furtos e roubos.

Segundo o Censo 2010, 25% da população residente nos territórios em análise é de jovens entre 12 e 24 anos, ou seja, aproximadamente 218.885 pessoas. O número de jovens atendidos pelo Fica Vivo em 2019 foi de 9.307 jovens, significando que o programa atendeu 4,25% do universo em potencial. Verificou-se ainda que a maioria da população residente nos territórios é de negros (pretos mais pardos) 70,39%, e 54,17% das pessoas tem renda de até 2 (dois) salários mínimos, dos quais 31,53% tem renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 (um) salário mínimo. Ainda sobre a variável rendimento, chama a atenção que 36,7% informou não possuir renda.

Alguns exercícios de análise foram feitos com os dados disponíveis, sobretudo os que se referem à atuação direta do Fica Vivo nas áreas estudadas. Assim, observamos que não houve elementos de causa/efeito que permitisse relacionar a quantidade de policiais do GEPAR em atuação em cada território com o número de homicídios ocorridos, assim como não foi possível fazê-lo com o tamanho das equipes técnicas em atuação em cada base local.

Analisamos também a média de oficinas temáticas executadas nos territórios comparada ao número de homicídios consumados em cada área. Nesse caso também não podemos afirmar que há correlação entre as variáveis. Isso não significa que as oficinas não causem impacto na diminuição dos homicídios. Apenas que aspectos como o populacional e o territorial podem ser considerados como mais decisivos em relação à demanda dos jovens por atividades que podem ser ofertadas pelas oficinas do programa.

Sob a luz das informações analisadas por esse estudo, ressalta-se a necessidade dos programas aumentarem sua capacidade de identificar os possíveis desdobramentos da ocorrência de homicídios nos territórios e as mudanças nas dinâmicas sociais comunitárias já estabelecidas para valorização da vida. Para tal, faz-se necessário melhor compreensão das leituras sobre os atores envolvidos nos crimes de homicídio, ampliando a atenção para os possíveis autores e não somente para as vítimas, haja vista que tal ponto é pouco explorado nos instrumentos que dizem sobre o trabalho das equipes da ponta.

Área Temática 5: Pesquisas de Recorrência Prisional/Criminal

Produto 5.1 – Pesquisas de recorrência prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Janeiro de 2020	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Com a finalidade de avaliar a efetividade do acompanhamento de egressos do sistema prisional a partir dos atendimentos realizados pelo PrEsp, esse produto visa avaliar a contribuição do Programa para a redução da recorrência prisional de egressos do Sistema Prisional no Estado de Minas Gerais.

Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

Duração: Março/2019 a Janeiro/2020

Resumo do Produto

Como estabelecido no Programa de Trabalho, foi considerada para fins de recorrência prisional, ou reentrada no sistema prisional, a admissão em unidade prisional registrada no Sistema de Informações Penitenciárias em data posterior à inscrição do egresso no PrEsp. Para o cálculo da taxa de recorrência prisional esta pesquisa utilizou os dados dos relatórios quantitativos do PrEsp (referentes aos atendimentos realizados) e os dados do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, para verificar se, após os atendimentos realizados pelo Programa houve, ou não, reentrada do egresso no sistema prisional.

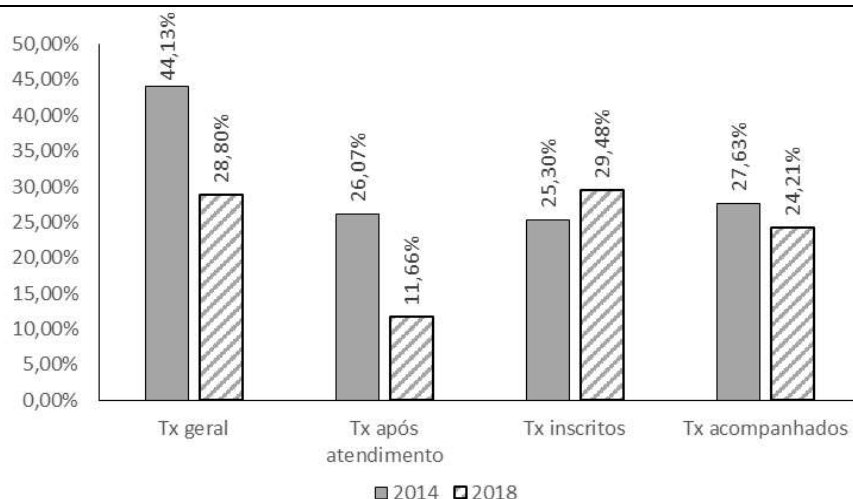
Inicialmente estabelecemos categorias de situações que poderiam ser consideradas como nova reentrada nas unidades prisionais e depois agregamos à base de dados resultante os dados do Programa PRESP com as informações sociodemográficas e de perfil dos usuários atendidos. Isso foi realizado a partir da variável número do INFOPEN, presente nas duas bases. Feito esse alinhamento, a primeira medida para se estimar a reentrada foi a verificação das datas de inscrição do egresso no programa e a data do evento considerado como reentrada. Vale destacar que no estudo, foi considerado reentrada apenas aqueles casos em que o egresso voltou ao Sistema Prisional após ser atendido no Programa, contudo, mensuramos também a reentrada geral dos indivíduos pesquisados entre o ano da sua inscrição no programa e a data da pesquisa da reentrada.

Estimamos ainda as reentradas para os grupos de egressos apenas inscritos e para aqueles considerados como acompanhados. Essas estimativas também foram geradas de maneira geral para cada município em que o programa é executado.

A Tabela abaixo apresenta os dados gerais do público pesquisado tanto para 2014 quanto para 2018, bem como os números de egressos que reentraram de forma geral e para cada grupo pesquisado. Pode-se observar a ampliação no número de egressos atendidos no programa entre os anos, mas com uma queda na proporção de egressos acompanhados. Em 2014, os egressos acompanhados representam 33,41% do total de atendidos. Em 2018 eles representaram 18,69%.

Dados Gerais	2014	2018
Nº Total de Egressos Pesquisados	2.957	3.927
Nº Total de Egressos Inscritos	1.889	3.423
Nº Total de Egressos Acompanhados	988	504
Nº Total de Egressos que reentraram em geral até outubro de 2019	1.305	1131
Nº de egressos que reentraram após ser atendido no Programa	771	458
Nº de Egressos Acompanhados que reentraram	273	122
Nº de Egressos Inscritos que reentraram	478	1009

A partir dos dados gerais foi possível calcular as taxas de recorrência/reentrada prisional de forma geral, após o atendimento, para egressos inscritos e para egressos acompanhados para cada um dos anos conforme demonstra a tabela abaixo.



Observa-se que, em 2014, a taxa de recorrência/reentrada geral dos egressos pesquisados foi de 44,13%. Já a taxa de recorrência/reentrada dos egressos após terem sido atendidos no programa foi de 26,07%. Para este mesmo ano, a taxa calculada para egressos apenas inscritos no programa, ou seja, que receberam apenas 1 atendimento foi de 25,30% e para aqueles acompanhados foi de 27,63%. Em 2018, com menor tempo de exposição à recorrência/reentrada, as taxas reduziram significativamente. A taxa geral foi de 28,80%, a relativa aos egressos após terem disso atendidos no programa foi de 11,66%. Por outro lado, a taxa relativa aos egressos apenas inscritos ampliou-se para 29,48% enquanto que a taxa relativa aos egressos acompanhados diminuiu para 24,21%.

Os resultados da avaliação geral do ano de 2014 para os quais os egressos tiveram em média 5 anos de exposição a chance de recorrência/reentrada são similares aos encontrados por Saporì, Santos e Van Der Maas (2018) que avaliaram a reincidência de egressos do Sistema Prisional mineiro entre 2008 e 2013 e encontraram uma taxa de 51,4%. Contudo vale ressaltar que no estudo destes autores, a reincidência mensurada é a policial, o que comparativamente a reentrada no Sistema Prisional se espera que seja mais elevada já que um indivíduo para que seja encaminhado a uma unidade prisional precisa passar por certos procedimentos posteriores a um indiciamento policial. Assim, a reentrada após o atendimento no programa que tanto em 2014 quanto em 2018 foi significativamente inferior ao estudo supracitado deve ser avaliada com cautela já que trata de outra modalidade de avaliação de recorrência/reentrada.

Este estudo, inserido no contexto de execução do Contrato de Gestão 002/2019 celebrado entre a OS Instituto Elo e a Subsecretaria de Políticas de Prevenção buscou estimar e analisar o nível de recorrência prisional dentre egressos acompanhados pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional de Minas Gerais.

Desde que o Instituto Elo voltou a executar o programa PRESP em dezembro de 2017, foram realizados mais de 30 mil atendimentos para mais de 6 mil egressos. Estes atendimentos buscam garantir o acompanhamento de homens e mulheres que retomam a vida em liberdade após experiência prisional, bem como seus familiares, buscando favorecer o acesso a direitos sociais e promover condições para sua inclusão social. Nesse estudo foi possível identificar que o nível de reentrada dos egressos acompanhados pelo Programa é relativamente inferior ao mensurado em outras pesquisas de caráter similar no Brasil. Especificamente sobre o nível de reincidência criminal em Minas Gerais, Saporì, Santos e Van Der Maas (2018) encontrou um nível de reincidência policial da ordem de 51,4%, bem superior também ao estimado nesse trabalho para os egressos após o seu atendimento. Apesar do nível baixo de reentrada, não foi possível identificar efeito de tipos distintos de atendimentos ofertados pelo programa na probabilidade de reentrada. As diferenças nos níveis de reentrada entre egressos apenas inscritos no programa e aqueles acompanhados não sugerem diferenças entre os grupos. Esses resultados especificamente apontam para duas discussões importantes: a) seletividade do público que chega ao programa; b) discussão acerca do que significa acompanhamento no programa;

Sobre a seletividade do público que chega ao programa é importante discutir que os resultados de reentrada de egressos acompanhados pelo programa podem estar associados a diferenças pré-existentes entre o público que o programa atende e o público em geral que não chega ao programa. Em estudo realizado no ano de 2019, o Instituto Elo identificou que em média, do total de presos desligados nos municípios em que o programa atua, 10,04% chega ao PRESP, voluntariamente ou obrigatoriamente. Assim, tanto do ponto de vista comportamental quanto sociodemográfico, os 90% do público egresso que não chega ao programa pode ser diferente daqueles 10% que chega e os resultados de reentrada diferente entre eles pode estar associado à essas diferenças pré-existentes. Para mensurar isso, seria importante fazer um desenho de pesquisa que contemplasse a realização de um grupo de controle com egressos que não passaram pelo programa. Isso permitiria identificar o efeito programa na reentrada.

Com relação à ausência de efeito da variável tipo de atendimento, é importante também discutir o que significa a quantidade de atendimento realizados pelo programa. Conforme discutido na introdução, o acompanhamento dos egressos consiste na realização de atendimentos individuais e grupais ofertados a eles de modo que nesses momentos seja possível a construção dos melhores encaminhamentos para o enfrentamento de problemas, dificuldades e vulnerabilidades vivenciadas pelos egressos. Em 2018, por exemplo, para cada um dos egressos acompanhados no programa foram ofertados 6.452 atendimentos. Para cada egresso foi identificada pelos menos 3 vulnerabilidades associadas a baixa escolaridade, baixa renda, situação de moradia, documentação irregular, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, envolvimento criminal, dentre outras. Nos casos de identificação dessas vulnerabilidades foram realizadas 1.790 ações dentre

encaminhamentos para rede de apoio e proteção, atendimentos específicos, discussões de caso com rede de saúde, dentre outras. Assim, muitos aspectos dessa rotina de trabalho não são mensuráveis na variável tipo de atendimento, o que implica no desafio de discutir como mensurar e identificar os elementos próprios do trabalho da equipe do programa que podem afetar o nível de reentrada dos egressos.

Nessa linha também, é importante ressaltar que a identificação de vulnerabilidades não tem como foco apenas o controle social sobre o indivíduo de modo a garantir e minimizar sua chance de voltar ao sistema prisional, mas sobretudo mediar seu acesso a direitos básicos de cidadania. Assim, em muitos casos, em nossa perspectiva seria importante, garantir um acompanhamento mais profundo nos casos em que as características e histórico do egresso sugerem maiores chances de reentrada. Isso seria efetivado a partir de duas vias tanto da lógica de oferta de serviços e encaminhamentos construídos com o usuário quanto a partir da busca ativa por ele em casos de não demanda contínua ao programa.

Sob a ótica de uma agenda futura de pesquisa novamente ressalta-se a necessidade de um desenho de avaliação de impacto do programa que tivesse como indicador finalístico tanto o impacto do programa na reentrada como na modificação das situações de vulnerabilidade identificadas ao longo do acompanhamento. Além disso, é importante incorporar também nos modelos de avaliação da reentrada, características institucionais das unidades prisionais onde os indivíduos cumpriram pena. Não necessariamente apenas as características dos indivíduos que afetam sua chance de reentrada, essas características conjugadas a contextos de cumprimento de pena como o do cenário brasileiro podem ampliar a chance de mudança de curso de vida.

Área Temática 6: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade**Produto nº 6.1: Capacitação e Formação dos Profissionais que atuam na Gestão e Supervisão da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Dezembro de 2019	Dezembro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: A capacitação para os profissionais contratados pela entidade parceira para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade tem como objetivos contribuir para o aprimoramento das competências das equipes técnicas de gestão e supervisão; garantir maior envolvimento e responsabilidade das equipes com relação aos objetivos dos programas e da política de prevenção à criminalidade; e promover a integração e o nivelamento dos profissionais visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção à Criminalidade. Deverão participar da capacitação todos os Gestores Sociais, Supervisores Metodológicos e Supervisores da Gestão que atuam nas Unidades de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Critério de aceitação: Relatório de execução da capacitação aprovado pela SESP/SUPEC.

Fonte de comprovação: Registros fotográficos, listas de presença, programação do Seminário.

Duração: Novembro/2019 a Dezembro/2019.

Resumo do Produto

No dia 05/12/2019 foi realizada reunião geral dos gestores e supervisores da Política de Prevenção com a participação dos gestores sociais de BH/RMBH e Interior.

Foram trabalhados os seguintes assuntos:

- Avaliação do trabalho em 2019;
- Desafios para 2020;
- Formação dos Gestores Sociais;
- Metodologia de processos de trabalho da gestão social;
- Interlocução da gestão social com I.ELO e SUPEC;
- Qualificação das entregas de responsabilidade da gestão social.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 4º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/12/2019 a 31/01/2020) houve um total de 20 indicadores com meta e 7 produtos, dos quais 6 foram entregues e 1 (um) teve a entrega adiada para o próximo período avaliatório. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 17 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente um indicador teve 97,05% de realização e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento. A entrega dos produtos também foi feita dentro do prazo.

Como se pode observar, novamente todas as metas de atendimento ao público foram atingidas integralmente. Na finalização do ano de 2019, o Contrato de Gestão e a Política de Prevenção à Criminalidade entregou todas as ações pactuadas à população das comunidades e municípios onde atua. Isso indica que o modelo de execução está cada vez mais sólido amparado pelas adesões do público e parceiros às propostas de trabalho dos programas. A manutenção regular na execução das suas atividades contribuiu com reduções expressivas nos índices de criminalidade nas localidades onde a política atua resultado do esforço conjunto da OS do OEP e dos parceiros.

Por fim, registramos aqui o esforço de mais de 800 profissionais envolvidos na execução dessa Política dentre colaboradores, estagiários e oficineiros da OS e servidores da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade da SEJUSP.

5 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:04:43 do dia 01/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/04/2020.

Código de controle da certidão: **4385.FE4F.A1AC.B5A8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 185225762/2019

Expedição: 01/10/2019, às 11:18:41

Validade: 28/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e I N S T I T U T O E L O
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/02/2020 a 24/03/2020

Certificação Número: 2020022402281438456829

Informação obtida em 02/03/2020 15:14:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/03/2020CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
31/05/2020

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2020000386083799



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: AHHDJLNNJJ

Documento/Certidão nº 13.009.393 Exercício: 2020

Emissão em: 02/03/2020

Requerimento em: 15:10:01

Validade: 01/04/2020

Nome: INSTITUTO ELO

CNPJ: 07.514.913.0001.75

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quitado com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://icndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://icndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 12 de março de 2020.

**GLEIBER GOMES
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital
por GLEIBER GOMES DE
OLIVEIRA
Dados: 2020.03.12 10:29:28
-03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo